

História: Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História:

Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 3 /
Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra
Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-02-3

DOI 10.22533/at.ed.023201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza a discussão científica ao entorno da história do Brasil por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. Fruto de pesquisas recentes, seu principal objetivo consiste em divulgar novas perspectivas acerca de diferentes momentos históricos que marcaram a formação e o desenvolvimento da história do nosso país.

O período cronológico coberto no livro abrange praticamente toda a história do Brasil, desde o período colonial até finais do século XX. Os autores aqui reunidos apresentam trajetórias acadêmicas e perspectivas analíticas distintas, configurando, como o próprio título da obra sugere, um espaço fecundo para diálogos. Seus textos, entretanto, têm em comum a característica de serem resultados de pesquisas históricas originais, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos em seus mais variados aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os fatos históricos explorados, a despeito das diferenças temporais que os cercam, dialogam e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes contextos, cujos construtores dos períodos abordados foram também dispare: grupos indígenas, comerciantes, mulheres, políticos, militares, etc.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas que dissertam sobre o período colonial e imperial brasileiros. Na segunda parte, trabalhos que abordam da Primeira República a acontecimentos iniciais que marcaram o século XX. Na terceira e última parte do livro reunimos diferentes análises históricas referentes aos noventa, trabalhos que aludem desde o período ditatorial aos novos métodos da História Oral.

Em síntese, a obra apresenta o estudo da sociedade brasileira através de múltiplas perspectivas, o que nos leva a constatar que a História se faz, cada vez mais, através de um exercício democrático e de cidadania, constituindo-se como palco profícuo para novos debates e aprendizado. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro
Antonio Gasparetto Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)	
Antonio Martins Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.0232011021	
CAPÍTULO 2	14
PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630	
Valéria Silva Melo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0232011022	
CAPÍTULO 3	31
CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO	
Frederik Luiz de Andrade de Matos Osimar da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0232011023	
CAPÍTULO 4	46
ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS	
Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori	
DOI 10.22533/at.ed.0232011024	
CAPÍTULO 5	60
CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)	
Nora de Cassia Gomes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0232011025	
CAPÍTULO 6	71
“SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPÉRIO DO BRASIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852	
Paulo de Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0232011026	
CAPÍTULO 7	84
A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS	
Elton Larry Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.0232011027	

CAPÍTULO 8	99
A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0232011028	
CAPÍTULO 9	114
ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)	
Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0232011029	
CAPÍTULO 10	127
A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900	
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110210	
CAPÍTULO 11	138
JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE	
José Alberto Nascimento de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.02320110211	
CAPÍTULO 12	148
“PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA	
Sandoval José dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110212	
CAPÍTULO 13	161
CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110213	
CAPÍTULO 14	174
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)	
Antonio Gasparetto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.02320110214	
CAPÍTULO 15	185
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)	
Vinicius de Carvalho Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02320110215	

CAPÍTULO 16	195
OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL	
Larissa Leal Neves	
DOI 10.22533/at.ed.02320110216	
CAPÍTULO 17	210
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)	
Márcio Goulart Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110217	
CAPÍTULO 18	224
A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO	
Helton Anderson Xavier de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.02320110218	
CAPÍTULO 19	238
REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)	
Mário Martins Viana Júnior	
Alfredo Ricardo da Silva Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.02320110219	
CAPÍTULO 20	252
ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière	
DOI 10.22533/at.ed.02320110220	
CAPÍTULO 21	267
MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ	
Rosinda da Silva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.02320110221	
CAPÍTULO 22	281
XIFÓPAGAS - CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)	
Katharine Nataly Trajano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110222	
CAPÍTULO 23	295
MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE	
Sebastião Alves da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.02320110223	

CAPÍTULO 24	308
A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS	
<i>Mariana Arruda Muniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.02320110224	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	325
ÍNDICE REMISSIVO	326

A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900

Data de aceite: 28/01/2020

Data de submissão: 04/11/2019

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos

Mestrando Programa de Pós-Graduação em
História-

Universidade Federal Fluminense
Niterói-RJ

<http://lattes.cnpq.br/1589273232743284>

RESUMO: Este trabalho visa apresentar notas introdutórias acerca da pesquisa que ora se inicia e que se propõe a compreender o emprego da música no cotidiano dos navios e quartéis, e na formação de marinheiros nas Companhias de Aprendizes (posteriormente Escolas de Aprendizes-Marinheiros – 1885); quartéis dos Corpos de Imperiais Marinheiros e do Batalhão Naval; e no Arsenal de Marinha da Corte para os aprendizes-artífices entre as décadas de 1850 e 1900.

A partir das fontes até o momento levantadas e analisadas, infere-se que a música tenha sido implementada como um caminho para a preparação desses sujeitos para as lides do mar, dentro de um contexto em que se buscava a construção do Estado nacional amparado em bases civilizatórias. Além disso, pode ter sido um dos instrumentos utilizados no cotidiano dessas instituições para disciplinar esses sujeitos, a

impor-lhes uma série de condutas técnicas e corporais. E ainda, as atividades recreativas e sociabilizadoras.

Dentro da Marinha brasileira as práticas mais evidentes de ensino de música ocorreram em suas unidades de formação de marinheiros, soldados e artífices a partir da década de 1850. Até serem centralizadas a partir de 1909 com a contratação do maestro Francisco Braga como Professor e Regente das Bandas de Música da Marinha e do Regimento Naval.

Nestas “notas introdutórias”, acrescenta-se a proposta dos conjuntos de fontes para este trabalho: as relativas aos discursos acerca da implementação do ensino de música, como a Revista Marítima Brasileira (1881-1909), os Relatórios dos Ministros da Marinha, entre outras fontes do tipo. Já quanto ao cotidiano, ressaltam-se as fontes que permitem a localização dos sujeitos envolvidos no processo de ensino de música (gestores, mestres e os militares em formação), como os Almanques, os Relatórios de Viagem dos comandantes dos navios, e também os diários e memórias produzidas pelos militares a bordo.

PALAVRAS-CHAVE: Música; Marinha brasileira; Cultura marítima e naval; Segundo Reinado; Primeira República.

MUSIC IN THE SHIPS AND QUARTERS OF THE BRAZILIAN ARMADA BETWEEN THE 1850S AND 1900S

ABSTRACT: This paper aims to present introductory notes about the research that is beginning and which aims to understand the use of music in the daily life of ships and quarters, and in the training of sailors in the Apprentice Companies (later Apprentice-Sailor Schools - 1885); quarters of the Imperial Sailors Corps and the Naval Battalion; and the Court Navy Arsenal for apprentice craftsmen between the 1850s and 1900s. From the sources so far raised and analyzed, it can be inferred that music has been implemented as a manner for the preparation of these subjects for the works of the sea, within a context in which the construction of the national state based on principles was sought civilizational. Moreover, it may have been one of the instruments used in the daily life of these institutions to discipline these subjects, to impose on them a series of technical and corporal behaviors. And yet, the recreational and socializing activities. Within the Brazilian Navy the most evident practices of music teaching occurred in its units of formation of sailors, soldiers and craftsmen from the 1850s. Until they were centralized from 1909 with the hiring of maestro Francisco Braga as Professor and Regent of the Navy and Naval Regiment Music Bands.

In these “introductory notes”, we add the proposal of the sets of sources for this work: those concerning the discourses about the implementation of music teaching, such as the Brazilian Maritime Magazine (1881-1909), the Reports of the Ministers of the Navy, among others fonts of its kind. As for daily life, we highlight the sources that allow the location of the subjects involved in the music teaching process (managers, masters and the military in formation), such as the Almanacs, the Ship Commanders’ Trip Reports, as well as the diaries and memories produced by the military on board.

KEYWORDS: Music; Brazilian Navy; Sea and Naval Culture; Second Reign; First Republic.

11

Podia-se ver na tinta impressa do jornal *O Paiz* de 5 de fevereiro de 1897: “Na retreta, ontem realizada no Arsenal de Marinha, a excelente banda de música do corpo de infantaria de marinha executou o seguinte programa:

1ª parte – Marcha, 34º Batalhão, J. Elias da Cunha; coro dos conjuras da opera *Hernani*, Verdi; valsa, *Les palineurs*, E. Waldteufel; polca *Ophelia*, arranjo para a banda pelo contramestre Mendonça; marcha militar, *Les Cantiniers*, E. Tovan.

2ª parte – Coro dos Aymorés, da ópera *Guarany*, arranjo para a banda pelo mestre João Pereira da Silva; valsa, *Tout Paris* E Waldteufel; polca, *Os ferreiros*, arranjo do mestre J. Pereira da Silva; marcha, *Onze de Outubro*, C. Bonacina. (ARTES E ARTISTAS, 1897, p. 2).

A julgar pelo ecletismo percebido no repertório desta retreta, é perceptível que a presença de conjuntos musicais a exemplo do Corpo de Infantaria de Marinha

em programas como este, ainda que dentro de uma unidade militar, vai além das atividades meramente funcionais em um quartel – sinalizar os horários dentro de uma rotina, anunciar presença de autoridades, auxiliar nas manobras militares.

E este episódio está longe de ser um raro momento em que se poderia deleitar com sonoridades que por vezes remontam à caserna, mas também à intensa vida musical urbana para além do perímetro dos quartéis ou dos navios. Cerca de quatro décadas antes e o mesmo Arsenal de Marinha, então da Corte, seria o espaço de um outro evento em que gêneros musicais diversos podem ter sido ouvidas, como noticia o *Diário de Notícias* de 2 de abril de 1854:

no dia 25 do mês passado, aniversario do juramento da constituição do Império, tocou pela primeira vez, no arsenal de marinha da corte, a música dos menores do arsenal, que se havia formado ha quatro meses, e hoje pelas 9 horas da manhã toca no mosteiro de S. Bento. Louvores sejam dados ao mui digno inspetor do arsenal, e capitão de fragata, comandante da fragata Príncipe, onde aqueles menores se acham aquartelados (COMUNICADOS, 1854: p. 1).

Embora possamos deduzir que os gêneros musicais ouvidos nas duas tocatas realizadas pelo conjunto musical dos menores aprendizes do Arsenal de Marinha da Corte tenham sido diversificados, tanto quanto no repertório da retreta de 1897, a diferença é que agora há uma menção clara à faixa etária dos músicos: eram menores. Não obstante a ausência de tal dado na notícia citada no início do artigo não signifique não se tratar também de menores aqueles músicos, mas em 1854, tal destaque põe em evidência um projeto: alfabetizar este público que começava a vivenciar um “aquartelamento” tendo como atividade auxiliar nesse processo a música.

Por que então a música, expressão artística com uma linguagem que se encontra tão distante da imprescindível verbal?

21

A pergunta que lanço por ora parece trivial quando encarada, mas a julgo importante uma vez que nos encaminha para outras veredas até então pouco desbravadas pela historiografia seja da música ou mesmo a militar. Dentro da historiografia da música, tais bandas não executavam música erudita, mas também não eram consideradas dentro de uma música popular (MARTINS, 2017, p. 41-42). Para a historiografia militar, pelo menos a cultivada em território brasileiro, parece algo dado da natureza e da gramática da guerra característica dos exércitos na saída da Idade Moderna para a Contemporânea. Estariam portanto inseridas nos estados-menores das tropas, sendo exemplo disso como elas aparecem em escritos sobre a Guerra do Paraguai (DUARTE, 1981). Excetuam-se alguns trabalhos que

tentam visualizar nesses conjuntos musicais a circularidade entre culturas musicais – se erudita ou popular (DINIZ, 2007), ou ainda, o embricamento entre sociedade militar e sociedade civil (CARVALHO, 2017), através das influências mútuas entre os gêneros e estilos musicais difundidos por músicos e compositores civis ou militares.

No caso da memória institucional feita pela Marinha acerca de suas bandas, percebe-se uma tentativa de se estabelecer uma ligação genealógica entre os seus primórdios, localizados no desembarque da banda da Brigada Real de Marinha portuguesa com a transferência da corte brigantina em 1808, e suas influências progressas diretas nos dias atuais. (MUSEU... 2000, p 9-14).

Genealogia que até certa historiografia da música tentou estabelecer não só entre os conjuntos musicais da Marinha como também entre a banda da Brigada Real e as demais bandas militares e mesmo civis. Uma espécie de tributo ou mesmo de um “marco zero” da música praticada ou inspirada nesses conjuntos militares, encobrindo assim as diferenças entre esses conjuntos (entre as forças nacionais, entre estas e das províncias/municipais, entre estas e a da guarda nacional), como se a diversidade fosse óbvia ou um dado em si. No intuito de desconstruir essa narrativa, vale a pena retomar os argumentos construídos pelo musicólogo Fernando Binder em sua dissertação de mestrado, que virou uma referência para os demais interessados. Para ele,

muitos autores acreditam que, antes de 1808, não existiam bandas de música, nos modelos .mais “modernos” das bandas de harmonia. A autoridade freqüentemente citada para validar esta idéia de “atraso” dos conjuntos brasileiros é José Ramos Tinhorão, particularmente uma passagem onde ele procurou destacar a precariedade e não a ausência das bandas militares antes da chegada da corte. O argumento construído por Tinhorão baseia-se na inexistência de bandas de música na recepção dada a dom João, tal como esta foi descrita pelo padre Luis Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, em suas famosas Memórias para Servir de História ao Reino do Brasil. (BINDER, 2006: p. 26).

Desse modo, a operação de fazer equivaler o atraso, ou mesmo a baixa qualidade, a ausência de bandas antes da chegada da corte portuguesa resultou em uma linha que demarca a história desses conjuntos musicais no Brasil em um antes e depois de 1808. E é em torno dessa presença/qualidade de uma banda formada dentro da Armada portuguesa, “origem” da Marinha brasileira, que aparece a tonalidade dessa memória construída em torno de uma filiação entre o estado da arte hoje ao ontem relevante. No entanto, tal construção implicou a omissão de um fato, a meu ver, importante: não houve somente um perfil de banda na Marinha e essa diversidade já ocorre no século XIX. E mais: esses conjuntos não se restringiram somente a abrilhantar cerimônias cívicas como no desembarque da corte em 1808 acompanhada pela banda da Brigada Real da Armada, mas, a julgar pelo repertório de 1897, vemos que as atividades desempenhadas vão muito além das demandas

da “caserna”, fazendo com que estes agrupamentos musicais, assim como os de outras instituições militares e também civis, atuem como mediadores no cenário musical brasileiro.

3 |

Assim é que temos associadas a tal pergunta, “por que a música?” outras questões não menos relevantes e que aqui compartilho como iniciais no decurso desta pesquisa exposta nestas notas introdutórias: quem eram os músicos? É possível esquadrihar a que grupos sociais estão ligados? Por quais espaços transitavam? Em quais atividades poderiam ser empregados? Em um segundo grupo de questões, podemos aqui expô-las: Em quais espaços se davam essas práticas musicais? É possível identificar a extensão dessas práticas: ensino/musicalização seguida das execuções/interpretações musicais até a audição e composição? Já em um terceiro grupo de questões: como tais práticas eram dadas a ler/ouvir e de que maneira eram efetivamente lidas/ouvidas no tecido social? Quais os significados gerados e de que modo podiam ser compartilhados?

Com esse conjunto de questões comecei a fazer incursões em arquivos, levantamento preliminar de fontes e pude observar algo que de certa maneira elucida os episódios narrados no início deste trabalho e apontam por onde me concentrar: as experiências e práticas mais recorrentes evidenciadas nas fontes até então levantadas e analisadas (documentação normativa, listas nominais e quantitativas de efetivos – almanaques e relatórios ministeriais, relatórios de viagens - e pareceres que subsidiaram as autoridades que tornariam exequíveis as soluções sugeridas naqueles documentos, como os de conselhos consultivos), eram de duas ordens: uma, as que diziam respeito à existência de um conjunto musical que tem sido tratado na historiografia e na musicologia como uma música funcional (MONELE, 2006), (BINDER, 2006), (SOUSA, 2012); as de outra ordem, aquelas referentes ao ensino musical. E o primeiro público que experimentaria a implementação de tal ensino, pelo menos institucionalmente: os aprendizes-menores do Arsenal de Marinha da Corte.

No caso da primeira ordem de práticas, a funcional, baseio-me no estudo de Binder (2006), o qual, por sua vez, referencia-se na abordagem de Raoul Camus (1976), e também no de Raymond Monele, que designa essa prática específica no âmbito dos conjuntos militares como tópica/temática (2006). Este tipo de prática estaria ligado a cerimoniais militares e extensivo aos marítimos, com nuances de priscas eras, anunciando presença de comandantes de navios e autoridades de Estado, presente em vários artigos do Regimento Provisional de 1796, a exemplo deste:

Subindo a bordo dos Navios de Sua Magestade, Ministros, e Conselheiros de Estado, Conselheiros do Conselho do Almirantado, do de Guerra, Marechaes do Exército, Tenente General Comandante em Chefe de alguma Esquadra, ou encarregado do Governo das Armas da Província, em cujo Porto, ou Bahia surgirem os referidos Navios; a Companhia que se achar de Guarda se somará sobre a Tolda, apresentando as armas, fazendo os Officiaes della as Continencias devidas, e tocando os Tambores a Marcha, e tendo a gente nas Vergas; porém se Sua Magestade, ou Altezas, andarem no mar, tocar-se-lhe-há somente Tres Rufos” (REGIMENTO PROVISIONAL, 1796, p. 68).

Cumprir destacar também que este tipo de execução musical mais funcional, com a característica de ter como base para o reforço melódico o pífaro, depois a corneta, e para o rítmico, o tambor, era o utilizado no campo nas manobras militares, de modo a tornar mais uniformes os movimentos em uma determinada cadência tendo como elemento demarcador a duração (ritmo), e também a discipliná-los.

Poderia ser até útil didaticamente, perseguir com o objetivo de fazer uma divisão entre um conjunto marcial, responsável por uma execução mais funcional, para o campo, e um outro, o musical, com funções mais voltadas para o entretenimento, tal como a retreta no Arsenal de Marinha narrada inicialmente. No entanto, isto comprometeria a análise sobre o nosso objeto de estudo. Pífaros (depois cornetas) e tambores eram parte do instrumental de uma banda com funções também voltadas ao entretenimento. Daí ser razoável inferir que músicos de uma banda marcial podiam também ser de uma banda de música, diferenciação observada em documentos.

Se a primeira ordem das práticas musicais recorrentes na documentação até então analisada (sonoridade de funcionalidade marcial) já traz dificuldades e questões como as expostas acima, o que não descredenciam-nas em importância para este estudo, por outro lado, tem-se a segunda ordem dessas práticas, encontrando-me aqui com o ensino musical. É nesse quesito que se extrapolam as práticas meramente funcionais.

Importa ressaltar que existem evidências sobre conjuntos musicais em navios que tenham uma organização e quantidade de instrumental que ultrapasse o dos conjuntos musicais marciais antes da década de 1850. É o caso do noticiado na edição do Diário do Rio de Janeiro, de 1º de fevereiro de 1843, no qual se republica declaração do Ajudante-de-ordens do Quartel-General da Marinha, Capitão de Mar e Guerra Antonio Pedro de Carvalho, de 30 de janeiro do mesmo ano. Neste, pede encarecidamente o Oficial:

De ordem de S. Ex., o senhor ministro e secretário de negócios de guerra e interinamente na Marinha, se faz público que precisam-se para completar a bordo da Fragata Constituição, a banda de música que ali se acha de dois indivíduos habituados a executarem oficleides, um em requinta, outro em cornetim a piston, um em clarineta, outro em pratos; quaisquer pessoas que estiverem nestas circunstâncias, e a quem isto convier, compareçam a este quartel general, a fim de

Diante do exposto acima, e acreditando que tal configuração instrumental pudesse ter lugar em outros conjuntos musicais na força, este conjunto maior de instrumentos coincide, pelo menos em termos de temporalidade, com um outro conjunto musical observado nas fontes. Foi com um espanto, diga-se de passagem, prudencial, que pude localizar o momento em que se forma a banda musical dos aprendizes-menores do Arsenal de Marinha da Corte em 1854, cuja notícia que a evidencia, a da apresentação destes no mosteiro de São Bento, foi mencionada anteriormente.

O espanto prudencial pelo fato de lembrar que a organização de uma companhia de aprendizes-menores desse mesmo Arsenal data de 16 de setembro de 1857, portanto três anos após a notícia de formação da dita banda. Antes que sejamos tentados a acreditar que a notícia tenha sido produto de equívoco dos editores do *Diário de Notícias*, é preciso considerar que uma norma ou lei que organizasse uma instituição pudesse ser antecedida pela própria prática a ser normatizada. Para corroborar com a existência dessa companhia antes ainda de uma norma organizativa, é possível perceber a continuação das atividades desse conjunto por anos antes ainda de 1857.

Pelo caráter dos seguidos eventos em que participa a banda dos artífices menores do Arsenal de Marinha da Corte, esse conjunto musical se insere na ordem das práticas musicais voltadas para o entretenimento. E mais: lança-nos a uma das questões elencadas inicialmente – aparecem os primeiros sujeitos sobre os quais podemos aumentar a nossa lente e esquadrihar os seus estratos sociais. A julgar pelo Aviso de 16 de setembro de 1857 (COLEÇÃO DAS DECISÕES DO IMPÉRIO, 1857: p. 264), trata-se de meninos órfãos, desvalidos, que ingressavam numa faixa dos sete aos doze anos, às expensas de um Estado preocupado em controlar a delinquência e periculosidade que era vista como oriunda do jovem pobre e ocioso, mas que também buscava entronizá-lo na esfera civil por meio de um projeto educacional. Instituições congêneres foram fundadas com esse objetivo durante o decurso do século XIX, como o Asilo dos Meninos Desvalidos (PAVÃO, 2013), em um processo que por mais que aparente ser uma transição, nada mais é do que uma coexistência entre os dois anseios, ainda que um possa se sobrepor ao outro.

Experiência parecida em termos de projeto de controle mesclado ao educacional ocorreu na Marinha brasileira ainda com a formação das Companhias de Aprendizes-Marinheiros a partir da década de 1840, cujos estudos até o presente momento já são frutíferos em demonstrar os mecanismos do Estado associados ao pensamento sistematizado sob tendências pedagógicas e instrucionais europeias ressignificadas e adaptadas ao contexto brasileiro e das formas como eles se engrenavam (SILVA, 2005), (BARRETO NETO, 2009), (SILVA, 2013), (SANTOS, 2016).

Uma das formas de se perceber como mecanismo e pensamento se engrenavam de modo ainda mais promissor era com uma arte que pudesse ser civilizadora e com uma prática disciplinadora. Civilizadora, pelo caráter “universal” e “harmônico” (integrador) de que tal arte gozava. Nada mais efusivo do que a edição do jornal *O Novo Tempo* de 31 de outubro de 1844 quando asseverava:

De todas as Belas-Artes, a música é sem contradição a que mais direta e mais naturalmente conduz à civilização dos povos: é a que se adquire com mais facilidade, a que mais se adota a todas as condições, a todos os entendimentos; e tem a particularidade de pertencer, ao mesmo tempo e em grau igual, ao rico e ao pobre, ao sábio e ao ignorante: tanto a podem aprender o menino de 8 anos como o homem já maduro na idade (PANORAMA, 1844, p.1-3)

Não à toa, outras instituições responsáveis pelo ensino musical foram criadas nesse mesmo contexto como o Conservatório de Música (com atividades iniciadas em 1848), a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (1857). Mas, evidentemente, trata-se de um processo, onde ideias vão sendo sistematizadas, práticas são continuamente experimentadas e a civilização está sempre por realizar-se, pautada na “consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte [que] começaram a se espriar por todas as nações do Ocidente” (ELIAS, 1994, p. 4)

Mas a civilização traz ao mesmo tempo um processo de um eterno porvir, um aspecto que visa à docilização, à disciplinarização. Por isso, julgo que a dificuldade primeira em realizar uma abordagem funcional sobre o objeto em lide é compartimentar dois elementos dentro das práticas musicais que constituem a própria música – esta tomada agora como arte e, também, como ação racional. Ao mesmo tempo, portanto, que harmonia, melodia, duração (ritmo) e timbre constituem-se em elementos em que as práticas musicais, uma vez coerente em sua linguagem, é vista como arte, é a sua coerência como linguagem que torna possível a uniformização de movimentos e docilização dos corpos pela cadência. A prática musical nessas instituições tem um fim disciplinar muito específico, a partir de uma célula rítmica fundamental para fazer dos corpos militares mais flexíveis, “manobráveis”. Será importante no controle da marcha de uma tropa. Isso poderia ser aplicado especificamente sobre os corpos de infantaria a bordo dos navios, mas mesmo com a segregação em gente de mar e de guerra nessa unidade básica de combate, o marinheiro deveria também estar apto a ser mais um soldado para o combate, preenchendo os claros na falta de infantaria. Além disso, o controle também se exerce pelos horários, de modo que o reconhecimento dos sinais sonoros a bordo que permitiria identificar os horários da rotina, confere o grau de clausura aos navios e às unidades de formação desses sujeitos. (FOUCAULT, 2009, p.127-129).

Mas, se o processo é elucidado a partir dessas duas referências conceituais,

como que se dá a variedade vista na organização do repertório, na composição, execução – esta precedida do ensino-aprendizagem musical – audição e de espaços em que essas práticas musicais poderiam ocorrer – desde um espaço formal passando pela rua ou no coreto das praças, ou ainda nos navios e nos quartéis, seja na sonoridade da rotina, seja nas atividades recreativas dos militares? Acerca mesmo da recreação por meio da música, esta atividade é reconhecida como um dos elementos de higiene para alguns como Dr. Galdino Cícero de Magalhães, Primeiro-Cirurgião da Armada, e que esteve a bordo da *Vital de Oliveira*, a mesma que passou por Hong-Kong em 1880 e abrilhantou com sua banda de música a festa do Club Lusitano em que se viram amalgamados, uma vez mais, Portugal e Brasil, de pensar sobre a atividade musical como distração, mas que, no hall de outras práticas, também poderia ter uma função civilizadora, porque de bem-estar (MAGALHÃES, 1881, p. 22).

A prática não se extingue quando se completa uma cadeia de ações, ela continua porque exige ressignificação e de um pequeno, porém significativo, tempo onde operações “quase microbianas” intentadas pelos sujeitos inseridos nessas instituições de modo a alterar o seu funcionamento através das “táticas” que se articulam (no) ao cotidiano. (CERTEAU, 1998, p.41). Os sujeitos, portanto, se moveriam nesse contexto, inclusive apropriando-se dos rumos vislumbrados dentro dos anseios civilizatórios para com estes jogarem. Não à toa, pelos sujeitos então localizados alguns são, ao mesmo tempo, mestre de música na Marinha durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, e atuando em grupos que realizam gravações na nascente indústria fonográfica com gêneros populares, como polca, valsa, *scholtish*, a exemplo do também compositor Manoel Malaquias da Silva em sua Banda do Malaquias, gravando a sua *Queixume ao Luar*, cujo nome aparece no Almanaque do Ministério da Marinha de 1900 publicado em 1901, como mestre de música da Banda da Escola de Aprendizes da Capital Federal (Rio de Janeiro) (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1901, p. 95). Manoel Malaquias foi um dos sujeitos dessa era inicial da indústria fonográfica no Brasil, cujo estudo desenvolvido por David Pereira de Souza (2009) traz as informações acerca da Banda do Malaquias, liderada pelo próprio mestre, e suas participações nas gravações de discos da década de 1910.

Embora seja um exemplo – que julgo ser um de muitos -, o trânsito por ele realizado abre-lhe uma seara de oportunidades. Pensar nesses fluxos é, pois, pensar no próprio gênero música militar e no fenômeno das bandas que surge em um momento de transição entre a caserna, a rua e (por que não?) a indústria fonográfica. Mais uma vez, tais reflexões nesses termos têm amparo no que tem sido desenvolvido no movimento intelectual denominado Nova Musicologia, especificamente por estudiosos que têm pensado sobre a existência dessas bandas espalhadas mundo afora, como Suzel Ana Reily e Katherine Brucher em *Brass Bands of the world: militarism, colonial legacies, and local music making* (2013). E refletir sobre ele, permite também pensar

nos intercâmbios entre culturas e grupos sociais – no embricamento entre a sociedade civil e a sociedade militar.

FONTES

Fontes primárias:

Notícias de periódicos:

ARTES E ARTISTAS, *O Paiz*, Rio de Janeiro-RJ, 5 de fevereiro de 1897, p. 2. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> . Acesso em 5 de mai. 2019.

COMUNICADOS. *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de abril de 1854, nº 91, p. 2 Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 12 de ago. 2018.

DECLARAÇÕES. *Diário do Rio de Janeiro*. 1º de fev. 1843, nº 25. p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>> 12 de ago. 2018.

DO PANORAMA. Da música como instrumento de civilização. *O Novo Tempo*. 31 de outubro de 1844, nº 68, pp. 1-3. Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 12 de ago. 2018.

Documentos administrativos, normas e legislação

Almanaque

COLEÇÃO DAS DECISÕES DO IMPÉRIO, **Aviso de 16 de setembro de 1857**. p. 263-266. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/doimperio/colecao6.html>

MINISTÉRIO DA MARINHA, **Almanaque do Ministério da Marinha 1900**, Rio de Janeiro: Typ da Papelaria Jeronymo Silva, 1901. Arquivo da Marinha, Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

Regimento Provisional, para o Serviço, e Disciplina das Esquadras, e Navios da Armada Real, que por Ordem de Sua Majestade deve servir de Regulamento aos Commandantes das Esquadras, e Navios da Mesma Senhora. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, Impressor do Conselho do Almirantado, 1796. Disponível em: < <http://archive.org/details/regimentoprovisi00port> >, p. 68

REFERÊNCIAS

BINDER, Fernando Pereira. **Bandas Militares no Brasil**: difusão e organização entre 1808-1889. Vols.I e II. Dissertação de Mestrado em Música. UNESP. São Paulo: 2006.

BARRETO NETO, Raul Coelho. **Marujos de primeira viagem**: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, 2009.

CARVALHO, Vinícius Mariano de. **A música militar na Guerra da Tríplice Aliança**: notas documentais e manuscritos revelados. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: as artes do fazer. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DINIZ, André. **O Rio musical de Anacleto de Medeiros**: a vida, a obra e o tempo de um mestre do choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

.DUARTE, Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. O Imperador, os Chefes Militares, a Mobilização e o Quadro Militar da Época. Vol.1. Rio de Janeiro: BibliEx. 1981.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungman; v.1 -2.ed.-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 37. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

MARTINS GONÇALVES, Inez Beatriz de Castro. **Banda de Música da Força Policial Militar do Ceará** : uma história social de práticas e identidades musicais (c.1850-1930). Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História Social da Cultura do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais em cotutela com o Curso de Doutorado em Ciências Musicais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Musicais Históricas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2017.

MONELLE, Raymond,. **The musical topic** : hunt, military and pastoral. Bloomington – EUA: Indiana University Press, 2006.

PAVÃO, Eduardo Nunes A. O Asylo de Meninos Desvalidos (1875-1894): Uma instituição disciplinar de assistência à infância desamparada na Corte Imperial. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. UFRN, Natal-RN. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364660408_ARQUIVO_Infanciasdesvalida.pdf

REILY, Suzel Ana; BRUCHER; Katherine. **Brass Bands of the world: militarism**, colonial legacies, and local music making. England: Ashgate Publishing Limited, 2013.

MAINENTE. Renato A. **Música e Civilização**: a atividade musical no Rio de Janeiro oitocentista (1808-1863). São Paulo: Alameda, 2014

SILVA, Rozenilda Maria de Castro **Companhia de aprendizes-marinheiros do Piauí (1874 a 1915)**: história de uma instituição educativa. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2005.

SILVA, Wandoberto Francisco da. **Guerreiros do mar**: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870). Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Departamento de História, Recife, 2013

SANTOS, Wagner Luís Bueno dos. **A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro**: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial Dissertação (Mestrado) – UFRJ / IH / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2016.

SOUZA, David Pereira de. **As gravações históricas da Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (1902-1927)** : valsas, polcas e dobrados. Tese (Doutorado em Música): Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009 .

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 33, 41, 43, 71, 73, 75, 76, 84, 93, 99, 102, 103, 108, 117, 121, 122, 140, 142, 144, 156, 166, 167, 173, 227, 240, 245, 300, 325
Águas medicinais 308, 309, 310, 311, 323
Amazônia 4, 44, 73, 78, 80, 81, 82, 100, 101, 242, 245, 249, 267, 269, 270, 272, 275, 280
Armada brasileira 127
Arthur bernardes 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184
Assistência materno-infantil 161

B

Biografia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 267, 279

C

Ciência agrônômica 99
Cinema 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294
Companhia das índias ocidentais 14, 15, 25
Companhia geral do grão-Pará e Maranhão 31, 32, 44, 45
Conflitos 5, 6, 7, 10, 18, 24, 46, 51, 53, 54, 82, 156, 157, 159, 213, 235, 242, 250, 268, 270, 289, 295, 296, 298, 304
Conselho geral de província 60, 62, 63, 69
Crítica 52, 53, 110, 112, 193, 203, 216, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 277, 289
Cronistas brasileiros 195, 204
Cultura marítima 127

D

Debates ferroviários 114, 118
Direitos humanos 58, 176, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 292
Ditadura civil-militar 221, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 242, 247, 248, 285, 296, 301
Drogas do sertão 31, 32, 41, 44, 76, 81

E

Elites políticas 71, 185
Empresários 123, 125, 186, 238, 242, 243, 246, 249, 250, 288
Engenharia e Política 114
Escravidão indígena 1, 8
Estado de sítio 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Estudos de gênero 59, 281

F

Feminismo 59, 267, 270, 271, 272, 279

Força pública 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160

G

Grupos de esquerda 210, 217

Guerra do paraguai 84, 88, 89, 91, 96, 97, 98, 129, 137

H

História oral 185, 188, 189, 191, 193, 278, 279, 280, 297, 307, 308, 309, 322, 323

I

Império do brasil 70, 77, 84, 85, 86, 96, 108

Imprensa 12, 29, 45, 48, 54, 58, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 209, 245, 249, 251, 254, 260, 268, 294

J

Jornal correio 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Juventude operária 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223

L

Literatura 14, 15, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 87, 150, 151, 175, 195, 205, 252, 253, 255, 259, 264, 265, 289

Literatura de viagens 46

M

Maçonaria 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Marinha brasileira 127, 130, 133

Memória social 308, 309, 323

Militarização 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158

Movimento social 295, 296, 297, 300

Mulheres viajantes 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59

Música 25, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 220

N

Narrativas 35, 46, 47, 50, 52, 53, 57, 59, 138, 141, 142, 191, 241, 261, 278, 281, 309

P

Paulo Emílio Salles Gomes 252, 253, 259

Pirataria 14, 15, 16, 17, 18, 25, 29, 227

Política 33, 45, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202,

204, 210, 211, 215, 217, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 234, 235, 236, 239, 242, 245, 246, 248,
249, 250, 259, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 288, 290, 294, 297, 325
Posse de terras 298, 299, 300, 304, 306
Primeira república 126, 127, 148, 149, 150, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 165, 171, 172, 174,
175, 176, 178, 180, 182, 183, 193, 197
Província do Amazonas 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

S

Saúde pública 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 321
Sexicomedias 281, 282
Sociedade agrícola 99, 100, 101, 103, 104, 111

 **Atena**
Editora

2 0 2 0